



A ABRALE E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: REFLEXÕES E PROPOSTAS¹

A Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos (Abrale) congrega, há mais de trinta anos, educadores que concebem e escrevem materiais didáticos, inclusive os que chegam às escolas de todo o país por meio do Programa Nacional de Livros e Materiais Didáticos (PNLD), conduzido pelo MEC e FNDE, com os quais a associação vem dialogando.

A escola do dia-a-dia é produzida por muitos fatores que dependem de políticas públicas, que são capazes de preparar, fomentar e subsidiar financeiramente reformas ou práticas inovadoras. Compreendemos, contudo, que o essencial para o bom trabalho pedagógico, ao lado de instalações físicas adequadas, são professores com formação inicial robusta e acesso à formação continuada, comprometidos e participativos, estudantes presentes e motivados, não bastando serviços qualificados de planejamento e gestão, matrizes pedagógicas e livros didáticos dirigidos para as inovações. É óbvio, mas relevante destacar, que têm mais condições de sucesso as práticas inovadoras dotadas de mais recursos, porque aportam insumos, possibilitam diversificar espaços e tempos de aulas, empregam profissionais da educação preparados para agir individualmente e em equipe, com formação continuada e crítica, com espaço para acertar rumos.

Decerto o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é uma política que se sobressai entre outras, por seu alcance universal e qualificado nas escolas públicas brasileiras, ainda que careça de monitoramento no acompanhamento do uso efetivo dos livros nas escolas, conforme a Abrale já detectou e apontou para os dirigentes do MEC e do FNDE por diversas vezes.

Com esses pressupostos em tela, observamos a escola pública de Ensino Médio no país vivendo o segundo ano de implantação obrigatória da Reforma do Ensino Médio instaurada por meio de decreto-lei (MP 746/2016), depois convertida na Lei 13.415/2017 e consubstanciada por novas Diretrizes Curriculares Nacionais do segmento (Resolução Nº 3, de 21 de novembro de 2018), a DCN2018, do Conselho Nacional da Educação. A implantação da lei foi discutida, principalmente, no âmbito das secretarias estaduais e municipais nesse período até 2021, ainda durante a pandemia, quando sua implantação teve início, também, com a chegada dos novos livros didáticos adaptados à Reforma.

Ocorre que na transição entre as Diretrizes Curriculares anteriores, a DCN2012 (Resolução nº 2, 30 de janeiro de 2012) para as atuais DCN2018, foi produzida a maior alteração na LDB (Lei 9394 de 1996), em relação a outras que se deram anteriormente.

¹ Texto contempla conteúdo discutido na Assembleia Ordinária dia 03/03/2023 e enviado ao Ministério da Educação e ao FNDE em 28/03/2023



As alterações impactaram diretamente a concepção e elaboração dos livros didáticos dirigidos para o PNLD 2021, como veremos adiante.

Infelizmente, as hipóteses mais negativas, debatidas desde a criação do decreto, parecem se confirmar. Sobressaem entre os problemas identificados o incremento na desigualdade de oportunidades para os estudantes brasileiros, pelo distanciamento da formação privada e pública e pela precarização do trabalho dos docentes, deslocados para os cursos de itinerários formativos e abordagens integradas de conteúdos. Chegamos ao atual momento com rejeição expressiva, já que centenas de entidades organizadas pedem a revogação do Novo Ensino Médio, entendendo como falaciosos os argumentos favoráveis à reforma, divulgados por meio de propaganda televisiva, de que o rendimento escolar seria beneficiado pela flexibilidade curricular, pela escolha do estudante e por aulas menos “engessadas”.

Entendemos que faz falta uma pesquisa ampla, não apenas amostral, que viesse aferir a resistência ou aceitação quanto aos cursos e materiais didáticos adotados pelo Novo Ensino Médio, explicitando as causas e o contorno de possível fracasso ou sucesso da reforma no que tange a diferentes inovações, tais como, os cursos ofertados nos Itinerários Formativos e dos cursos associados aos livros e coleções do PNLD 2021. Nesse sentido, consideramos necessário apurar junto aos docentes do Ensino Médio das escolas públicas do país como avaliam o PNLD 2021 quanto à abordagem dos componentes curriculares de Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química) e de Ciências Humanas (Filosofia, Geografia, História e Sociologia) exclusivamente como partes dos livros por área de conhecimento; quanto ao tratamento das especificidades de Arte na área de Linguagens; apreciação quanto aos livros de Projetos Integradores e das obras dirigidas para novos cursos de Projeto de Vida. Evidentemente, nós, autores, escrevemos livros para serem apropriados por docentes e estudantes, para a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem; não é interessante para ninguém que coleções sejam abandonadas, malvistas ou incompreendidas. Até porque o retorno que diversos autores da Abrale obtiveram junto às escolas adotantes do último PNLD (2021) é que os novos formatos de livros por áreas do conhecimento não foram bem recebidos.

A seguir, a Abrale analisa aspectos da Reforma no que tange aos livros didáticos orientados pelo PNLD 2021, que propiciou a instalação da Reforma nas escolas, sendo necessário para tanto construir um breve histórico dos aportes de inovações nos editais anteriores. Apresentamos também sugestões para corrigir uma parcela dos problemas criados por excessos metodológicos presentes no conjunto de livros ofertados pelo PNLD 2021 e que atingem diretamente as práticas de ensino e aprendizagem, conforme passamos a expor.



Livro didático do EM: breve histórico

Durante décadas, as escolas de Ensino Médio brasileiras utilizaram um modelo de currículo, com disciplinas distintas, cada qual com livros didáticos destinados a um professor especialista. Quanto aos conteúdos, os livros das disciplinas herdaram do enciclopedismo um certo ordenamento e variedade de capítulos obrigatórios. É esse o modelo majoritário vigente no momento em que surgem novas diretrizes curriculares (1998, 2012), os Parâmetros Curriculares Nacionais do EM (1999).

Ainda que o PNLD tenha ofertado livros anteriormente para o segmento, passou a atender o Ensino Médio de modo universal somente na edição de 2012 (publicada em 2010), quando adquire coleções de dez disciplinas: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Física, Química, Biologia, Sociologia, Filosofia, Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol). Em 2015 a disciplina Arte passa a integrar o rol.

Fato é que desde 1998 novas diretrizes e parâmetros trouxeram alternativas ao ensino exclusivamente disciplinar, compreendido como abordagem fragmentada e descontextualizada. Naquele ano, a mesma Diretriz Nacional, que subsidiou a primeira Matriz de referência para o ENEM (1999), já menciona a necessidade de maior ênfase no desenvolvimento de competências dos estudantes, deslocando a centralidade do ensino de conteúdos para a aprendizagem e a análise crítica. Essa diretriz pioneira, ao elencar as respostas ao desafio curricular do EM, orientava “desbastar o currículo enciclopédico, congestionado de informações, priorizando conhecimentos e competências de tipo geral, que são pré-requisitos tanto para a inserção profissional mais precoce quanto para a continuidade de estudos, entre as quais se destaca a capacidade de continuar aprendendo”. A DCN de 2012 avança mais na mesma direção e introduz a possibilidade dos itinerários formativos, sem abandonar as disciplinas ao descrever a composição curricular, lendo-se em seu Capítulo 2, Artigo 14:

“VIII - os componentes curriculares que integram as áreas de conhecimento podem ser tratados ou como disciplinas, sempre de forma integrada, ou como unidades de estudos, módulos, atividades, práticas e projetos contextualizados e interdisciplinares ou diversamente articuladores de saberes, desenvolvimento transversal de temas ou outras formas de organização;”

Todas as diretrizes, os parâmetros e o referencial do ENEM, foram considerados nos Editais do PNLD (2012, 2015 e 2018), introduzindo pouco a pouco os conceitos ainda caros às atuais diretrizes e ao atual ENEM, destacando-se: área de conhecimento, contextualização, interdisciplinaridade, formação integral, autonomia e protagonismo do estudante, competências e habilidades. Todos esses conceitos curriculares e pedagógicos foram levados em conta por autores e editores de Livros didáticos, pois constantes na detalhada descrição de cada Edital, tornando-o mais extenso ano a ano.



Chegamos assim em 2019, quando o Edital PNLD2021 veio a público e introduz a BNCC como referencial curricular para os livros didáticos do Ensino Médio.

Os currículos de fundamental e médio na BNCC

Na atualidade, a mais importante peça curricular para os educadores na prática escolar e para nós autores de livros didáticos é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que operacionaliza os conteúdos e métodos de ensino e aprendizagem das áreas e dos componentes curriculares, esses, considerados apenas no Ensino Fundamental. O ponto de partida é o decálogo de Competências Gerais da Educação Básica, que aperfeiçoou e atualizou as dez competências gerais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1996). Assim, contabilizamos mais de 25 anos em que referenciais curriculares nacionais apresentam os conteúdos, os métodos e os valores humanos não como lista simples, mas, sim, como proposições que implicam ações cognitivas do estudante, bem como, práticas conexas às produções e processos nos âmbitos da cultura, da ciência, do mundo do trabalho, da convivência em sociedade, do desenvolvimento como indivíduo e sujeito de direitos.

Para os questionamentos em tela, é relevante diferenciarmos a BNCC dos segmentos. No Fundamental, o referencial nacional é mais prescritivo e ordenado quanto aos conteúdos conceituais a serem desenvolvidos, destacados como objetos de conhecimento e partícipes das habilidades de cada componente curricular, descritas para cada ano dos nove do segmento. Desse modo, o segmento preserva a possibilidade de o estudante vivenciar, idealmente de modo crescente e equilibrado, as redes conceituais ou teorias e as metodologias que sustentam os ramos do conhecimento historicamente acumulados.

Já no Ensino Médio, a BNCC é mais genérica, pois as competências específicas e as habilidades estão organizadas apenas por área de conhecimento e habilidades interdisciplinares, que abordam de modo integrado os conteúdos conceituais específicos dos componentes curriculares, em cada área. Entretanto, cumpre observar que as integrações propostas, ainda que interessantes, não são as únicas que promoveriam as Competências Gerais, ou mesmo as Competências específicas, por diferentes razões. Entre elas, destacamos os temas de interesse para a formação cidadã ou formação integral que podem requerer conceitos básicos ausentes na BNCC do Ensino Médio e o desenvolvimento das habilidades mais longas e complexas que requerem detalhamento de conteúdos ou procedimentos metodológicos.

No mesmo sentido em que alertamos o MEC e o FNDE em 2019, por ocasião da consulta pública quanto ao PNLD 2021, reafirmamos: a construção de conhecimentos na perspectiva interdisciplinar não pode prescindir das epistemologias, das categorias de análise, das metodologias próprias a cada disciplina. A BNCC parece criar uma epistemologia particular, da interdisciplinaridade sem disciplina.



Especialmente compreendendo que é na Educação Básica, sendo o Ensino Médio a etapa final, em que os estudantes têm os primeiros contatos com tais saberes historicamente produzidos e socialmente validados. Em outras palavras, a diluição das disciplinas em nome de um currículo interdisciplinar e, porque não, transdisciplinar põe em risco as aprendizagens de cabedais conceituais e metodológicos historicamente estruturados, que ampliam as possibilidades de os estudantes lerem e questionarem o mundo, visando à possível intervenção na realidade de maneira ética, cidadã, científica, crítica, solidária, criativa, fins últimos da educação na perspectiva integral.

PNLD 2021: a ruptura e suas consequências

Grandes mudanças ocorrem nos livros didáticos, visando atender a Reforma do Ensino Médio e a BNCC do segmento, concluída em 2018.

Os livros solicitados para estudantes e professores foram, em síntese:

Objeto 1 - Projetos integradores, para as áreas de conhecimento.

- Projetos Integradores da área de Linguagens e suas Tecnologias
- Projetos Integradores da área de Matemática e suas Tecnologias
- Projetos Integradores da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias
- Projetos Integradores da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
- Projeto de vida

Para esses materiais, o edital do PNLD trouxe extenso detalhamento. Determinou um mesmo rol de temas para projetos integradores das quatro áreas, cada qual atada em três Competências Gerais (Edital 2021, pag. 65). Os temas integradores foram: STEAM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Arte e Matemática); Protagonismo Juvenil; Mídiaeducação e Mediação de Conflitos, carecendo uma explicação do porquê desses temas e não outros.

Conservando aspecto necessário às metodologias de projeto escolar, o Edital demanda “partir de um problema ou questão desafiadora que exija dos estudantes o uso da criatividade”, supondo que cada área terá um olhar diferenciado para os temas (tópico 1.1.3., pag. 67). Em todos os livros, faz-se necessária a apresentação e o debate dos temas integradores e seus contextos, na perspectiva de que são recortes do mundo real levados para a escola por meio dos projetos. Porém, os temas e contextos não conversam com igual interesse com as diferentes áreas de conhecimento ou componentes. Portanto, a definição prévia dos temas trouxe repetição de abordagens e perda de diversidade nos assuntos de interesse, particularmente, se atentarmos que



não deveríamos perder de vista os Temas Contemporâneos, esses, sim, previstos pela Legislação nacional (BNCC, pag.21), que incluem fundamentos como a educação ambiental e a educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

Em nossa apreciação, foi extremamente complexa a elaboração dos Projetos Integradores para Ensino Médio e o modelo aplicado escapa do que preconiza a BNCC, considerando a maior importância das Competências Gerais e dos Temas contemporâneos sobre temas específicos para projetos.

Já o livro para a unidade curricular Projetos de Vida contou com um índice detalhado abarcando três dimensões para conteúdos e objetivos: o autoconhecimento, a cidadania e a profissão (Edital 2021, pág. 69 e seguintes). Em nossa apreciação, a autoria pode utilizar o rol de determinações do Edital para trabalhar as competências e habilidades da BNCC e produzir ênfases e enfoques diferenciados, conforme variados entendimentos do índice ofertado.

Objeto 2 – Coleções de seis livros integrados, para cada área:

- Linguagens e suas Tecnologias
- Matemática e suas Tecnologias
- Ciências da Natureza e suas Tecnologias
- Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Foi exigido que cada volume fosse autocontido. Desse modo, os autores reconhecem prejuízo à acumulação de conhecimentos conceituais ou procedimentais próprios dos componentes curriculares, eliminando a possibilidade de progressão conceitual pelo aluno ao longo de uma coleção.

A elaboração desses volumes foi iniciada por muitos grupos e finalizada por número muito inferior. Todos descreveram a experiência como árdua e insatisfatória.

Objeto 3: Obras Didáticas Específicas destinadas aos estudantes e professores do ensino médio

- Língua Portuguesa
- Língua Inglesa
- Matemática e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Somente Língua Portuguesa, Matemática e Língua Inglesa, obrigatórias do Novo Ensino Médio, tiveram maior espaço no edital. As demais disciplinas, tiveram suas redes conceituais a serviço de livros por área ou abordagens integradoras, norteadas pela BNCC, que no Ensino Médio orienta diversas abordagens inter ou transdisciplinares.



Sem desmerecer a relevância desses três componentes curriculares, é preciso levar em conta que as complexidades do mundo contemporâneo exigem vasta gama de conhecimentos de diferentes campos do saber para fazer frente a movimentos globais muito bem articulados baseados no negacionismo científico, na xenofobia, no racismo, dentre outros, que ameaçam as democracias e colocam vidas em risco. Ora, não seriam essas razões legítimas para valorizar também nos três anos do EM os componentes curriculares Sociologia e Filosofia (citados nominalmente nas DCN de 2018)? Também a Física, a Biologia e a Química não são componentes centrais para desconstruir ideias equivocadas do movimento antivacina ou mesmo do negacionismo em relação à emergência climática, cujo aporte da Geografia também é expressivo?

Críticas principais

Há que se lembrar que redes conceituais, teóricas e epistemológicas, são instrumentos dos professores que dominam a sua disciplina, podendo destacá-la de qualquer ponto de um tema de seu interesse, não raro, valendo-se de conceitos e teorias de outros campos do saber. Desse modo, proporcionam aos estudantes problematizações e conhecimentos que os auxiliam na estruturação conceitual, linguística e cognitiva próprias das disciplinas. Os livros didáticos também são capazes de levar aos professores e estudantes os conhecimentos acumulados de modo estruturado, permitindo a formação estética, ética, crítica e epistemológica das disciplinas.

Outras modalidades de textos didáticos que trabalham prioritariamente com temas e contextos, caso dos Projetos Integradores e livros integrados de áreas, utilizam as redes conceituais das disciplinas a serviço da pesquisa de contextos e trabalho com problemas para investigação. Idealmente, onde há planejamentos de coletivos de professores bem formados, a estruturação dos saberes como prática didática é relevante e ganha espaço.

Essas considerações, contudo, foram ignoradas na Reforma do Ensino Médio e no PNLD 2021. A orientação é clara: rompimento com a organização disciplinar das Ciências Humanas e das Ciências da Natureza, e a pulverização da Arte e de Educação Física na área de Linguagens e suas Tecnologias. Argumenta a BNCC (grifos nossos, para uso na sessão seguinte, de sugestões):

Para que a organização curricular a ser adotada – áreas, interáreas, componentes, projetos, centros de interesse etc. – responda aos diferentes contextos e condições dos sistemas, das redes e das escolas de todo o País, é fundamental que a flexibilidade seja tomada como princípio obrigatório. Independentemente da opção feita, é preciso destacar a necessidade de “romper com a centralidade das disciplinas nos currículos e substituí-las por aspectos mais globalizadores e que abranjam a complexidade das relações existentes entre os ramos da ciência no



mundo real” (Parecer CNE/CEB nº 5/2011). Para tanto, é fundamental a adoção de tratamento metodológico que favoreça e estimule o protagonismo dos estudantes, como também que:

evidencie a contextualização, a diversificação e a transdisciplinaridade ou outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos, contemplando vivências práticas e vinculando a educação escolar ao mundo do trabalho e à prática social e possibilitando o aproveitamento de estudos e o reconhecimento de saberes adquiridos nas experiências pessoais, sociais e do trabalho (Resolução CNE/CEB nº 3/2018, Art. 7, § 2º). (BRASIL, 2018: 479).

Entendemos que as coleções de 2021, com exceção de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Matemática, com a intenção de tornar o ensino mais atrativo e a aula dinâmica, levaram mais fragmentação para a sala de aula. Compreendemos que romper com a centralidade das disciplinas não significa dissolvê-las.

Observamos com preocupação a oferta de livros, exclusivamente, com conteúdo disciplinar fragmentado oferecidos às escolas no PNLD2021, em todos os objetos. Nesse sentido, é questionável se esses livros didáticos contribuem efetivamente para as finalidades da etapa final da educação básica, conforme orienta a LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) em seu artigo 35, preservado pela Reforma:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Na carência de procedimentos e modelos didáticos estruturantes claros, concisos e significativos, ofertados para estudantes e professores, é questionável se os estudantes brasileiros, apoiados por seus professores, alcançarão consolidação e



aprofundamento de conhecimentos, preparação para a cidadania, autonomia intelectual e pensamento crítico, compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos de cada disciplina. O emprego de currículo e livros exclusivamente fragmentados e parciais, decerto, deixam lacunas insondáveis.

Entendemos, assim, que houve excesso de metodologias de integração e globalização de conteúdos no PNLD2021, em detrimento da estruturação do conhecimento historicamente acumulado. O tema é muito mais amplo do que é possível tratar aqui, pois a dissolução das disciplinas atinge muito mais que a formação dos estudantes. Alcança também a formação dos professores e sua identidade profissional, enfraquecida em docência de cursos fragmentados, amortece as conexões entre as práticas de sala de aula e as didáticas específicas que estudamos nos cursos de licenciatura, diminui a autonomia profissional, indo na contramão do que preconiza a Reforma.

Nossas sugestões

Refletindo sobre o conjunto de possibilidades apontadas na BNCC e nas DNC(2018), dialogando, em particular, com os trechos grifados acima e, sustentados pela nossa experiência como autores-professores, bem como em documentos e estudos anteriores da ABRALE, desenhamos algumas propostas.

As sugestões visam, prioritariamente, delinear alternativas em face às dificuldades analisadas, sem a pretensão de alcançar a integralidade de opções de livros encaminhados no PNLD 2021 e destacando, ainda, a necessária continuidade de livros específicos para Língua Portuguesa e Matemática que atendam as habilidades desses componentes, conforme a BNCC, e de Língua Inglesa, pois é estipulada sua obrigatoriedade no Ensino Médio (LDB, Art. 35-A, § 4º).

Em nossas sugestões, buscamos manter a flexibilidade, encontrando, contudo, um lugar para a estruturação conceitual e metodológica de cada componente curricular, recuperando as identidades dos campos de saberes específicos suprimidas no PNLD2021, qual seja, reconhecendo com clareza os objetos de conhecimento para os quais se promovem a contextualização e a interdisciplinaridade, conforme entendemos o texto da BNCC grifado acima.

Nesse sentido, temos sugestões para duas categorias de coleções:

1. Coleções de Projetos integradores, interdisciplinares ou transdisciplinares, norteados pelas Competências Gerais da BNCC e estruturados para desenvolvimento de autonomia na produção de conhecimento pelos estudantes (produtos dos projetos)
2. Coleções integradas para atendimento das áreas, planejadas para garantir a formação das habilidades interdisciplinares e competências específicas em conexão

Conheça a história e as propostas da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos em: <https://www.abrale.com.br/>



com conteúdos estruturados em livros por componente, com duas opções metodológicas.

Coleções de Projetos Integradores

Sugerimos o encaminhamento de Projetos integradores (PI) que atendam a concepção básica da modalidade, voltada para a formação da autonomia dos estudantes na investigação de temas e problemas do mundo real; são “recortes” do mundo.

Projetos autênticos não são, necessariamente, objetos de uma Área de Conhecimento; ao contrário, beneficiam-se da articulação de duas ou mais áreas de conhecimento. Por exemplo, a Música, muito valorizada pelo adolescente, é objeto de estudo na Física e na Arte. A Literatura relaciona-se com a História. Temas da Ecologia conversam animadamente com a Geografia. Na escola, é salutar, aos professores e estudantes, a aproximação e a troca de saberes entre áreas que os projetos transdisciplinares proporcionam. O que não exclui possibilidades de aproximação entre os componentes de determinada área para investigar temas e problemas delineados nas habilidades de cada uma, para abordagens interdisciplinares internas da área.

Propomos, então, que cada livro de PI seja encabeçado por uma área e contenha projetos dirigidos à liderança dos diferentes professores da área, mantendo-se a estratégia do professor líder indicada no PNLD2021, conforme os componentes sejam prioritários ao projeto, sempre trabalhando com o desenvolvimento do pensamento crítico, pensamento científico e pensamento criativo.

Coleções integradas para atendimento das áreas

Encontramos duas opções para atendimento das características descritas acima e que poderão, eventualmente, atrair mais ou menos os grupos de autores ou professores das diferentes áreas de conhecimento.

Nas duas opções, são viáveis livros desenvolvidos com metodologia ativa, que considere a contextualização dos conhecimentos e também ofereçam um modelo de estrutura da disciplina, uma rede conceitual, sem excessos de informação, que podem ser obtidas em outras fontes indicadas (vídeos, enciclopédias virtuais, etc.). Lançando mão de hiperlinks, o livro funciona como índice, os autores e professores como curadores de conteúdo. Esta é a forma contemporânea de realizar o aprendizado com a rede informacional. Quanto à sua estrutura, as obras devem permitir a progressão conceitual nos diferentes campos de saberes, fundamento para o estudante em sua formação intelectual no Ensino Básico.



Opção 1

Coleção de Ciências Humanas: Livros de Filosofia, Sociologia, História e Geografia

Coleção de Ciências da Natureza: Física, Química e Biologia

Coleção de Linguagens: Livros de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte e Educação Física

Coleção de Matemática: Livros de Matemática

No seu conjunto, a coleção, formada pelos livros dos componentes curriculares, deve propiciar o desenvolvimento de todas as competências e habilidades da área, bem como as competências gerais, por meio de plano geral da obra. Dessa forma, a escolha dos professores é pela coleção, não podendo escolher livros de componentes curriculares de coleções distintas, ainda que da mesma área. Isso é um ponto relevante, pois preserva em sala de aula a conexão entre os componentes da área de conhecimento. Os professores dos componentes curriculares de uma mesma área de conhecimento trabalham os livros de suas respectivas disciplinas, conectados ao mesmo arcabouço temático, conceitual e metodológico.

Opção 2

Coleção de Ciências Humanas: Livros de Filosofia, Sociologia, História e Geografia, associados a livros de atividades interdisciplinares

Coleção de Ciências da Natureza: Física, Química e Biologia, associados a livros de atividades interdisciplinares.

Coleção de Linguagens: Livros de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Educação Física, Arte, associados a livros de atividades interdisciplinares.

Nessa opção sugerimos duas categorias de livros:

- Livros de atividades interdisciplinares da área: norteados pelas competências específicas e habilidades da BNCC, de modo que os estudantes sejam desafiados a enfrentar situações-problema e outras modalidades de atividades para colocar em ação os conceitos, as teorias, as linguagens e outros aspectos específicos dos componentes da área.

Vale destacar que as habilidades interdisciplinares são norteadoras do desenvolvimento do estudante e não uma propriedade de currículos específicos. Esses livros estariam a serviço do trabalho didático específico com as habilidades e as ações cognitivas indicadas, tais como: analisar, propor, avaliar, construir, investigar, etc. Nesse livro, o estudante teria a orientação necessária para realizar essas ações, fazendo uso do mesmo livro e dos livros de componentes curriculares.

Conheça a história e as propostas da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos em: <https://www.abrale.com.br/>



- Livros dos componentes curriculares: compartilham metodologia e contextos, atendem algumas habilidades específicas, não todas, pois a completude estaria no livro de atividades. Mostram a estrutura fundamental do conhecimento acumulado na disciplina de referência do componente, fazem remissões aos livros de atividades, proporcionam a evolução conceitual e metodológica do estudante, sem excessos.

Nas áreas com três ou quatro componentes, entendemos que será didaticamente útil ensinar e aprender fazendo uso de livros de atividades interdisciplinares ao lado de livros estruturados das diferentes Ciências Humanas, das Linguagens e das Ciências da Natureza. Proporcionariam alternativamente práticas de contextualização e de estruturação de saberes, ambas essenciais no ensino e na aprendizagem, salvaguardando excessos metodológicos e garantindo a flexibilidade.

Asseveramos nossa estima e consideração às leitoras e aos leitores de nossas reflexões e propostas, colocando-nos à disposição para esclarecimentos e outros debates no campo dos currículos, substancial para a concepção e elaboração de livros didáticos, bem como outros temas essenciais à educação nacional.

Maria Cecília Guedes Condeixa (Presidente da Abrale)
28 de março de 2023

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 3, de 26 de junho de 1998. Institui as ***Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio***.
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=208901-rceb03-98&category_slug=setembro-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso em 28/03/2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 30 de janeiro 2012. Define ***Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio***. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9864-rceb002-12&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em 28/03/2023.



BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file>. Acesso em 28/03/2023.

BRASIL. **Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em 28/03/2023.

BRASIL. **Lei Nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em 28/03/2023.

BRASIL. Medida Provisória n. 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei n. 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm. Acesso em 28/03/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: MEC.SETEC, 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM: documento básico 2001**/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília: O instituto, 2001.



REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE. **Novo Ensino Médio e indução de desigualdades escolares na rede estadual de São Paulo** [Nota Técnica]. São Paulo: REPU, 02 jun.2022. Disponível em: www.repu.com.br/notas-tecnicas.

- Site: Memorial do PNLD. Dá acessos aos editais do Programa Nacional de Livros e Materiais didáticos.

<https://cchla.ufrn.br/pnld/editais/>

- Podcast e reportagem

Rodrigo Ratier. Mais de trezentas entidades pedem fim da reforma do Ensino Médio.

<https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/rodrigo-ratier/2023/03/06/sem-salvacao-mais-de-300-entidades-pedem-fim-da-reforma-do-ensino-medio.htm>